

Sarney denuncia a volta da direita

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente José Sarney está convencido e não faz segredo, como comentou ainda neste fim de semana a um grupo de amigos: a extrema direita se reorganiza no País. Os órgãos de informação o detectaram e acompanham a mobilização dos radicais infensos aos novos tempos de reconstrução democrática. São civis e militares que começam a formar associações aparentemente ditas de defesa da democracia, ou de combate ao comunismo, mas, na verdade, criadas para impedir que se desenvolvam as metas da Aliança Democrática.

É cedo, conforme Sarney, para que o governo aponte os nomes ou comece a agir, apesar de conhecer pessoas e locais de reunião. A melhor estratégia é seguir na linha traçada por Tancredo Neves para a Nova República, anseio da grande maioria nacional, de funcionamento pleno das instituições. Há, porém, um perigo latente nessa organização. A extrema direita se recompõe quando também se vão registrando investidas igualmente radicais da extrema esquerda, em especial vinculadas ao surto grevista das últimas semanas.

Para o presidente, a democracia deve dispor de condições e de força para conviver com seus contrários, mas haverá sempre um limite entre a tolerância e a adoção de medidas necessárias à defesa democrática. Não hesitará em lançar mão dessas últimas.

Não é dentro de um contexto pessimista e alarmante que ele comenta o quadro. Pelo contrário, mostra-se satisfeito com a ação dos órgãos de informação, que logo apontaram a organização dos extremados. Seus elogios são fartos para a atuação dos militares, que apóiam plena e integralmente a Nova República, através de seus chefes. Todo o respaldo castrense vem sendo dado para que a obra de reconstrução democrática não sofra percalços nem soluções de continuidade.

Dá, para José Sarney, a importância da celebração imediata do pacto político nacional, que, para ele, envolve uma ação comum de partidos, Congresso, Executivo e demais segmentos da sociedade para o estabelecimento de rotetos e a implantação do aprimoramento institucional. A Assembléia Nacional Constituinte se reunirá em 1987, mas, antes disso, importa ordenar a Constituição e as leis naquilo que elas conflitam com a democracia. É com satisfação que reconhece dispor o governo da Nova República não apenas do apoio militar e social, mas, também, do apoio político e do apoio popular. Quando esteve em Goiânia, sábado passado, entusiasmou-se com a reação do povo nas ruas, que o aplaudiu da mesma forma como havia sido aplaudido no Rio de Janeiro, há dias. Não são para ele, pessoa física, os aplausos, mas para o que representa a sua presença na chefia do governo. Lem-

bra que na capital de Goiás, quando passava por um grupo de manifestantes críticos, que levantavam três ou quatro faixas de protesto, pediu ao motorista para diminuir a marcha e, da janela do carro, cumprimentou a todos. A reação não se fez esperar: eles baixaram as faixas para ficar com as mãos livres, e foram cumprimentá-lo também. O fenômeno havia acontecido na antiga Capital Federal, diante de um grupo de militares da reserva que reivindicava mudanças na lei de anistia. Ao aproximar-se deles, recebeu palmas.

Dispondo de consciência a respeito das dificuldades permanentes para o estabelecimento da democracia plena, atento às movimentações dos extremistas de um lado e de outro, o presidente aproveita para retificar uma versão. Jamais falou que "o seu nome era Sarney, não João Goulart", no que seria uma forma pejorativa de atingir um de seus antecessores. Comentou, isto sim, há dias, que não permitiria acontecer com ele o acontecido com João Goulart, isto é, que o acirramento de posições entre a esquerda e a direita levasse o regime ao colapso. Está vigilante, em ambos os setores. As greves são legítimas, como instrumento do trabalhador defender os seus direitos, mas não podem, em nenhum momento, descambar para a desordem.

Domingo à noite, Sarney recebeu a prolongada visita do presidente da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães, quando trataram objetivamente do pacto político em andamento. O parlamentar paulista mostrou-se preocupado com a realização dos compromissos da Aliança Democrática, não só no campo institucional, mas, também, nos campos político e econômico. Concordou com o presidente que, iniciada como está a temporada de aprimoramento das instituições políticas, será uma decorrência imediata o aprimoramento da situação econômica e social. O próprio Ulysses deu o exemplo do voto do analfabeto, questão que durante décadas dividiu o País. Sua aprovação ocorreu pacificamente, pelo Congresso, e, a partir de agora, com o ingresso desse vasto contingente populacional no processo eleitoral, não haverá como impedir que o Legislativo passe a cuidar mais especialmente das angustiantes questões sociais e econômicas.

Os ponteiros estão acertados entre o presidente e os líderes da Aliança Democrática, registrando-se que o pacto político, pela sua importância, comportará outras ações. Ulysses Guimarães não se importa se, por exemplo, o PDS ou parte dele vier a apoiar a empreitada. Desde que, é evidente, siga as diretrizes gerais estabelecidas. Vale o mesmo para os partidos menores dos existentes àqueles em processo de criação. Quanto maior o número de forças empenhadas na sustentação democrática, menores chances terão os grupos extremados de obter sucesso na tentativa de desestabilizar o novo regime.